



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 441/CONSELHO SUPERIOR, DE 12 DE MARÇO DE 2019.

APROVA O REGULAMENTO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE A LICITANTES E CONTRATADOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

O Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer da Conselheira Relatora, constante no Processo nº 23231.000199.2018-95 e a decisão do colegiado tomada na 60.^a sessão plenária realizada em 25 de fevereiro de 2019,


RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o regulamento de aplicação de penalidade a licitantes e contratados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme anexo.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 12 de março de 2019.


NADSON CASTRO DOS REIS
Presidente em exercício
Portaria n.º 383/2019-GAB/REITORIA/IFRR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 441-CONSELHO SUPERIOR, DE 12 DE MARÇO DE 2019.

REGULAMENTO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE A LICITANTES E CONTRATADOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

Art. 1.º Esta resolução estabelece procedimentos para a aplicação de penalidade a licitantes e contratados, com fundamento na Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/2002, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR.

Capítulo I

Da aplicação de penalidade à Licitante

Art. 2.º Nas licitações realizadas no âmbito do IFRR é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando da ocorrência das seguintes condutas:

- I- deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- II- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- III- ensejar o retardamento da execução do certame;
- IV- não manter a proposta;
- V- comportar-se de modo inidôneo;
- VI- apresentar documentação falsa;
- VII- fraudar na execução do contrato;
- VIII- cometer fraude fiscal.

Parágrafo único. As condutas passíveis de penalidade não se exaurem nos incisos acima, cabendo ao pregoeiro(a)/comissão de licitação, a avaliação da conduta para motivar a abertura do procedimento administrativo.

Art. 3.º O pregoeiro ou comissão de licitação elaborará relatório motivado descrevendo a conduta omissiva ou comissiva do licitante e enquadrando, quando possível, no edital da licitação direcionado à Pró-Reitoria de Administração.

Parágrafo única. O relatório precisa ser instruído com, no mínimo, o edital de licitação e seus anexos, a ata de realização do pregão e outros documentos que entender pertinente para a elucidação dos fatos.

Art. 4.º A Pró-Reitoria de Administração, ciente do relatório descrito no artigo anterior, deve solicitar a abertura do processo e notificação do licitante para apresentação de defesa, conforme fluxograma e modelos desta Resolução.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Art. 5.º Após o prazo para apresentação da defesa, a Pró-Reitoria de Administração deve emitir decisão motivada.

Art. 6.º Os processos de aplicação de penalidade, quando da sua conclusão, devem obedecer à seguinte dosimetria:

Conduta Praticada	Penalidade	
	Pregão – Lei nº 10.520/2002	Licitações convencionais – Lei nº 8.666/93
Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	• impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.	• Advertência e multa de 1% do valor da proposta
Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	• impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses.	• Multa de 5% do valor da proposta e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.
Ensejar o retardamento da execução do certame	• impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses.	• Multa de 5% do valor da proposta e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.
Não manter a proposta	• impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses.	• Multa de 5% do valor da proposta e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.
Comportar-se de modo	• impedimento do	• Multa de 5% do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

inidôneo	direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.	valor da proposta e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.
Apresentar documentação falsa	• impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.	• Multa de 7% do valor da proposta e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 18 meses.
Fraudar na execução do contrato	• impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses.	• Multa de 7% do valor da proposta e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 18 meses.
Cometer fraude fiscal	• impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses.	• Multa de 7% do valor da proposta e Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 18 meses.

Art. 7.º As penas previstas serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até o limite disposto na legislação, em decorrência do seguinte:

I- quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II- quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III- quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IV- quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8.º As penas previstas serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, após a incidência das agravantes, quando não tenha havido nenhum dano ao IFRR, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- I- a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do licitante ou contratado;
- II- a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- III- a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

Art. 9.º Após a emissão de decisão motivada pela Pró-Reitoria de Administração, será conferido ao Licitante prazo de 05 (cinco) dias úteis, em regra, para interposição de recurso dirigido à autoridade máxima do IFRR, conforme fluxograma e modelos anexo.

Art. 10 O Reitor deve emitir a portaria da aplicação de penalidade, a qual será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF pelo Diretor de Compras.

Capítulo II

Da aplicação de penalidade à Contratados

Art. 11 Nos contratos realizados no âmbito do IFRR é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando da ocorrência das seguintes condutas:

- I- não efetuar a entrega do objeto;
- II- efetuar a entrega do objeto em condições diversas da proposta e não corrigir quando solicitado pela administração;
- III- não se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- IV- não cumprir o prazo de entrega, sem a comunicação devida;
- V- não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI- não executar o serviço;
- VII- executar o serviço em condições diversas do contratado e não corrigir quando solicitado pela administração;
- VIII- não se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- IX- não cumprir o prazo de entrega, sem a comunicação devida;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- X- não cumprir o prazo de execução do serviço, sem a comunicação devida;
- XI- atrasar ou não entregar a garantia;
- XII- permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
- XIII- suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;
- XIV- manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;
- XV- recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia, ou deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador,
- XVI- deixar de substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço ou que tenha faltado;
- XVII- não indicar/manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;
- XVIII- não providenciar treinamento para seus funcionários ou servidores do IFRR, conforme disposto em contrato;
- XIX- atrasar o pagamento de salários e benefícios dos empregados alocados na prestação do serviço;
- XX- não cumprir a legislação trabalhista e previdenciária;
- XXI- sofrer condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- XXII- apresentar documento falso à Administração ou cometer conduta fraudulenta.

Parágrafo único. As condutas passíveis de penalidade não se exaurem nos incisos acima, cabendo ao fiscal, comissão de fiscalização/recebimento ou coordenador de patrimônio ou almoxarifado, a avaliação da conduta para motivar a abertura do procedimento administrativo.

Art. 12 O fiscal, a comissão de fiscalização/recebimento ou o coordenador de patrimônio ou almoxarifado elaborará relatório motivado descrevendo a conduta omissiva ou comissiva do contratante e enquadrando, quando possível, no contrato, direcionado ao Gestor do Contrato (Coordenador de Contratos).

Art. 13 O gestor do contrato poderá solicitar esclarecimentos do contratante, mediante documento formal, conforme fluxograma e modelos anexos, e, posteriormente, encaminhar ao diretor de administração para conhecimento e providências, sugerindo motivadamente instauração ou não de processo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 O diretor de Administração deverá instruir o processo em consonância com o fluxograma anexo a esta resolução e emitir relatório de análise de defesa, motivado.

Art. 15 A Pró-Reitoria de Administração, no âmbito da Reitoria, e o Diretor-Geral, no âmbito dos *Campi*, cientes do relatório descrito no artigo anterior, devem emitir decisão motivada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Art. 16 Os processos de aplicação de penalidade, quando da sua conclusão, devem obedecer à seguinte dosimetria:

Conduta	Penalidade Aplicada	Agravante específica
Contrato de Compra		
Não efetuar a entrega do objeto.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 5 a 10% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.• Rescisão do contrato.	Agrava-se quando o bem for de extrema importância pro IFRR ocasionando dano além do normal – suspensão pode se estender até 12 meses.
Efetuar a entrega do objeto em condições diversas da proposta e não corrigir quando solicitado pela administração.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 5 a 10% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.• Rescisão do contrato.	Agrava-se quando o bem for de extrema importância pro IFRR ocasionando dano além do normal – suspensão pode se estender até 12 meses.
Não se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 5 a 10% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.• Cobrança do valor integral do vício ou dano ocasionado.	
Não cumprir o prazo de entrega, sem a comunicação devida.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,1 a 0,3% do valor do objeto por dia de atraso, limitado a 30 dias.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação – quando tratar de serviço não continuado e entrega de material.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 5 a 10% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.• Rescisão do contrato.	
Não executar o serviço (não continuado).	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 5 a 10% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.• Rescisão do contrato.	Agrava-se quando o bem for de extrema importância pro IFRR ocasionando dano além do normal – suspensão pode se estender até 12 meses.
Executar o serviço em condições diversas do contratado e não corrigir quando solicitado pela administração.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 5 a 10% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.• Rescisão do contrato.	Agrava-se quando o bem for de extrema importância pro IFRR ocasionando dano além do normal – suspensão pode se estender até 12 meses.
Não se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 5 a 10% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 6 meses.• Cobrança do valor	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

	integral do vício ou dano ocasionado.	
Não cumprir o prazo de entrega, sem a comunicação devida.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,1 a 0,3% do valor do bem por dia de atraso, limitado a 30 dias.	
Contrato de Serviço com e sem mão de obra exclusiva		
Não executar o serviço (continuado com ou sem mão de obra exclusiva).	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 8 a 15% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.• Rescisão do contrato.	Agrava-se quando o serviço for de extrema importância pro IFRR ocasionando dano além do normal – suspensão pode se estender até 18 meses.
Executar o serviço em condições diversas do contratado e não corrigir quando solicitado pela administração.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 8 a 15% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.• Rescisão do contrato.	Agrava-se quando o serviço for de extrema importância pro IFRR ocasionando dano além do normal – suspensão pode se estender até 18 meses.
Não se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 8 a 15% do valor do objeto;• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.• Cobrança do valor integral do vício ou dano ocasionado.	Agrava-se quando o serviço for de extrema importância pro IFRR ocasionando dano além do normal – suspensão pode se estender até 18 meses.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Não cumprir o prazo de execução do serviço, sem a comunicação devida.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,2 a 0,5% do valor do serviço (ou da parcela não executada) por dia de atraso, limitado a 30 dias.	
Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de 8 a 10% do valor do serviço ;• Impedimento de licitar e contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.• Rescisão do contrato.	
Atrasar ou não entregar a garantia	<ul style="list-style-type: none">• Advertência• Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração a promover a rescisão do contrato	
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 7 dias• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

	IFRR pelo prazo de 12 meses.	
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 15 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.	
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 15 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.	
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia, ou deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 30 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

	IFRR pelo prazo de 12 meses.	
Deixar de substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço ou que tenha faltado, por funcionário e por dia;	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 30 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.	
Não indicar/manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 30 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 12 meses.	
Não providenciar treinamento para seus funcionários ou servidores do IFRR, conforme disposto em contrato.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 30 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

	IFRR pelo prazo de 12 meses.	
Atrasar no pagamento de salários e benefícios dos empregados alocados na prestação do serviço, por dia e mês de atraso.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 15 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 18 meses.	
Não cumprir a legislação trabalhista e previdenciária.	<ul style="list-style-type: none">• Multa de mora de 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 15 dias• No caso de rescisão cabe também a aplicação de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 18 meses.	
Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;	<ul style="list-style-type: none">• Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 2 anos.	
Apresentar documento falso à Administração ou cometer conduta	<ul style="list-style-type: none">• Suspensão temporária de participação em	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

fraudulenta	licitação e impedimento de contratar com o IFRR pelo prazo de 2 anos. • Rescisão Contratual.	
-------------	---	--

Art. 17 As penas previstas serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até o limite disposto na legislação, em decorrência do seguinte:

- I- quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- II- quando o contratado, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

Art. 18 As penas previstas serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, após a incidência das agravantes, quando não tenha havido nenhum dano ao IFRR, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- I- a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do contratado;
- II- a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- III- a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do contrato, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

Art. 19 Após a emissão de decisão motivada pela Pró-Reitoria de Administração/Diretor-Geral, será conferido ao Contratado prazo de 05 (cinco) dias úteis, em regra, para interposição de recurso dirigido à autoridade máxima do IFRR, conforme fluxograma e modelos anexo.

§ 1.º Caberá ao Reitor a emissão de portaria de aplicação de penalidade dos contratos da Reitoria e dos Campi quando houver interposição de recurso.

§ 2.º Caberá ao Diretor-Geral a emissão de portaria de aplicação de penalidade dos contratos da sua unidade quando não houver interposição de recurso.

§ 3.º Caberá ao Diretor de Administração da respectiva unidade a publicação da Portaria no Diário Oficial da União e registro da penalidade no SICAF.

Capítulo III

Da cobrança de multa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Art. 20 Quando for aplicada a pena de multa, o licitante ou contratado deverá ser notificado para pagamento do valor devido por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do fluxograma e modelo anexos.

§ 1.º A competência para emissão da GRU e minuta do ofício de notificação é do Departamento de Compras quando se tratar de licitante, e da Diretoria de Administração da unidade quando se tratar de contratado.

§ 2.º O não pagamento do débito ensejará a inscrição deste em dívida ativa da união e inclusão dos dados da pessoa física ou jurídica no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal-CADIN, nos termos da Lei n.º 10.522/2002 e Decreto n.º 9.194/2017.

Art. 21 Após o prazo de que trata o artigo anterior, sem manifestação ou pagamento do licitante/contratado, o processo deverá ser remetido à Procuradoria Federal junto ao IFRR para inscrição do crédito em dívida ativa da União e cobrança judicial.

Capítulo IV

Das disposições finais

Art. 22 A prática de qualquer das condutas descritas no artigo 16 desta resolução impede a rescisão amigável do contrato.

Art. 23 Os editais de licitação e contratos do IFRR devem fazer menção expressa a esta resolução.

Art. 24 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Reitor(a).